

Povos Indigenas no Brasil

Fonte Diário do Nordeste Class.: Tapuba 75
Data 24/07/93 Pg.: 14 - 1º caderno



Cacique Alberto diz que para processo se concretizar tem que passar pelo parecer do ministro da Justiça

Portaria da Funai aflige Tapebas

Negam posse definitiva das terras que habitam

A divulgação na imprensa local sobre a Portaria nº13 assinada no início do mês pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), reconhecendo a indigenidade da Nação Tapeba e dando o primeiro passo para a criação da reserva, tem causado transtornos para os índios que habitam as margens do rio Ceará e da BR-222. O cacique Alberto garante que a informação de que os Tapebas já tenham conseguido suas terras é "mentirosa", tendo em vista que, para o processo se concretizar, ainda vai ter que passar pelo parecer do Ministro da Justiça (somente após o dia 28) e a sanção do presidente, para que haja a demarcação do território, que pode durar ainda vários meses.

"Depois que colocaram isso no jornal, todo mundo está sofrendo muito com a notícia. Ontem, cobri-

ram o quebra-molas, que dava tranquilidade para a gente atravessar a pista, e ainda estão dizendo que vão tirar a iluminação da BR". Conforme Alberto, a luta por um quebra-molas durou três anos e a solução não funcionou três meses, uma vez que na última quinta colocaram no sonorizador - que também servia como quebra-molas - uma rampa de asfalto que retira a utilidade do serviço. Agora, os Tapebas têm que voltar à antiga luta e estão preparando um abaixo-assinado, cobrando uma iniciativa da Prefeitura de Caucaia. "Por qualquer morte ou acidente automobilístico será responsabilizada a Prefeitura Municipal de Caucaia", diz o documento.

A TERRA

Muito antes de alegrarem-se com a notícia, os índios estão preocupados com a reação dos posseiros e

empresários que se estabeleceram no local. "Agora que eles pensam que nós temos a terra, acham que não temos direito a mais nada. Mas, não é assim. Enquanto não sair a reserva, nós merecemos ficar vivos", reclama Alberto, que diz nem saber quando o Ministro da Justiça vai ratificar a Portaria. "Esses ministros vão cair e quando vier o outro, só vai discutir política e não vai pensar em outra coisa. Nós já estamos pedindo a Deus que este assinante de cair", comenta.

"Somos filhos da terra e esperamos que nossa mamãe volte para nossa mão", disse o cacique Alberto. Segundo ele, a única ajuda que precisarão após a criação da reserva - "que vai sair por cima de pau e pedra" - será maquinário, sementes e alimentação, até a primeira safra, uma vez que, garante, são agricultores e quem tem a terra nada falta. "Só quero que dê terra e condição do índio trabalhar", desafia.

Cacique vai esperar pela Funai

Com o reconhecimento da Funai pela indigenidade dos Tapebas, a criação da reserva aguarda a ratificação do Ministro da Justiça para a demarcação. A área já identificada desde 1986 é de 4.657 hectares com um perímetro de quase 78 quilômetros, fundamentada em dados geográficos e antropológicos. De acordo com o cacique Alberto, a área mais conhecida se dá no comprimento da BR-222, que vai do quilômetro 6 ao 11, começando com a comunidade de Vila Nova, indo até à comunidade de Lagoa do Tapeba. Abrangendo um total de 17 comunidades e de quase 1.500 índios.

Os limites reais da futura reserva

ainda não são identificados pelos índios, mas, garante que abrange do "pé" da duna da Barra Nova até "três léguas de fundo". Com dados imprecisos, o cacique espera pela demarcação da Funai. "Nossa reserva vai ser a menor do País", comenta, referindo-se às reservas das grandes nações da região Norte. No entanto, já fazem planos de se enveredarem "pelo meio da mata" para preparar os campos de agricultura.

Conforme o delegado regional da Funai, Marcos Clemente, durante a demarcação serão realizadas as medições e laudos que vão ser analisados pela Fundação. Nestes laudos,

estarão incluídos relatórios das propriedades sediadas na área da reserva. "Os posseiros forçados serão julgados pela Funai. Aqueles que se confirmarem de má fé não serão indenizados. Uma vez que estas posses não têm valor", disse o delegado. Após a concretização da reserva, Clemente informou que serão destacados funcionários da Funai para orientarem os índios na agricultura e outras dificuldades existentes, assim como construídos postos de saúde e escolas. Os benefícios não serão imediatos, admite o delegado, mas, o restabelecimento social da nação Tapeba será a médio e a longo prazo.